



A ORIGEM DA CRISE EM GOIÁS

A economista e professora Elizabeth Farina foi pioneira na realização de estudos que retratam o setor lácteo nacional como um todo, as estratégias das empresas de laticínios e a atuação do Estado. Em 1983, ela publicou o livro *A Regulamentação do Mercado de Leite e Laticínios no Brasil*, que ainda hoje merece ser lido; é um divisor de águas na literatura do setor.

Quase 20 anos depois, tive o privilégio de ter sido seu aluno na disciplina Organização Industrial e de tê-la na banca que avaliou minha tese de doutorado. Nesse seu livro, há relato da exportação de leite goiano para a região Nordeste e a suspeita de uso de água oxigenada para dar vida longa ao leite, numa época em que não existia leite longa vida. Nos anos 80, os caminhões de leite não eram refrigerados. Então, somente com milagre ou mágica era possível o transporte entre grandes distâncias de um produto tão perecível e em temperatura ambiente, como a retratada.

Goiás é um laboratório a céu aberto para economistas e analistas de mercado. Ali sempre houve excedente de leite. Mas há 30 anos praticamente não existia rebanho especializado em leite. A prioridade era a produção de carne e o leite vinha de vaca branca, como se falava. Portanto, leite era resíduo. Estamos falando de uma época em que Goiás terminava onde hoje é o Estado do Tocantins, que surgiu como Estado com a promulgação da Constituição de 1988. Então, vale a pergunta: como Goiás se transformou num importante Estado na produção de leite?

Em meados dos anos 80, a Embrapa recebeu uma grande leva de pesquisadores que tinham terminado o seu doutoramento em diferentes universidades do Exterior e se preparavam para liderar o grande salto quântico que teríamos no setor agropecuário brasileiro. Nessa época, as terras do Cerrado valiam muito pouco, pois eram vistas como inaptas para a agricultura.

Mas já na primeira metade dos anos 90 a transformação de Goiás tomou corpo, pois ficou evidente que era possível produzir alimentos e fibras no Cerrado. A pesquisa agrícola dominou conhecimentos sobre esse bioma. Com a chegada da soja e do milho, a produção de suínos e aves se viabilizou. Naturalmente, o leite também. Houve uma conjunção de fatores a favor do crescimento do leite, que levou aquele Estado a ser o fenômeno nacional de produção naquela época.

A federação da agricultura daquele Estado, a FAEG, teve um papel fundamental no sentido de estimular os produtores a se dedicarem à produção de leite, por meio da organização de vários eventos motivacionais, em que eram apresentadas informações sobre a produção de leite. O meu colega de Embrapa, Artur Chinelato, e o professor Vidal Pedroso de Faria são duas personalidades que se destacaram no trabalho realizado.

Além dos dias de campo e de eventos frequentes no interior do Estado, a FAEG promovia também um encontro anual que reunia cerca 2.000 produtores de leite em Goiânia, por evento. Algo impressionante! Nessa época, no restante do Brasil o produtor somente se reunia quando o assunto era preço. Além disso, a FAEG fazia excursões com produtores para visitas a propriedades e estações experimentais de pesquisa em outros estados.

Mas não basta motivação para que ocorra uma transformação de cenário. Então, o rebanho goiano de leite começou a ser formado quando entraram em campo os recursos do Fundo do Centro-Oeste, dinheiro farto e com juros negativos, pois a taxa de juros era inferior à inflação.

Esses recursos foram disponibilizados para a construção de benfeitorias, a aquisição de máquinas, implementos e animais de produ-

ção. É claro que o pessoal do sul de Minas Gerais e do Paraná ficou muito feliz com a venda desses animais. Como a exigência do comprador era baixa, foi possível vender animais que não eram os melhores a preços mais elevados. Portanto, dinheiro barato bancou o investimento inicial na produção de leite goiano.

É claro que, com motivação e investimento subsidiado, a produção cresceu rapidamente nos primeiros 10 anos. E com base nesta forte tendência, as empresas de laticínios decidiram fazer investimentos elevados na expansão da capacidade de processamento, construindo ou expandindo suas unidades fabris.

Mas para produzir leite é preciso mais do que ter vaca. É necessário adquirir conhecimento e ter persistência. Em 2011, circulei intensamente no Estado, visando coletar dados para minha tese, quando descobri uma falácia que circulava por todo o Brasil. Naquela época, diziam que o sucesso do leite em Goiás se devia aos gaúchos que para lá tinham migrado e eram bons agricultores. Que nada, os gaúchos foram para "o" soja, em terras arrendadas dos goianos, que foram para o leite.

Mas os goianos do leite não eram bons agricultores nem tinham conhecimento sobre o leite. Além disso, a produção era predominantemente extensiva, com mão de obra contratada e sem treinamento. O goiano era tirador de leite! Nesse quadro, é impossível aumentar o leite a taxas elevadíssimas, como no começo do processo.

O fato é que chegamos à situação atual em que Goiás processa 9 milhões de litros diariamente e tem capacidade instalada de 15,5 milhões/dia. Ora, os empresários de leite goiano não tiveram visão do próprio negócio e jogaram dinheiro fora? Claro que não. Conheço boa parte deles, que se organizam em torno do seu sindicato, o Sindileite, que é muito atuante e um exemplo para o Brasil em termos de articulação com o setor público e com outros segmentos produtivos do setor privado. Foi lá que ocorreu o "dilema do prisioneiro", da teoria dos jogos, que descrevi na edição de **Balde Branco** do mês passado. Compensa reler o início daquele artigo.

Cada empresário analisa o mercado e toma as decisões estratégicas para a sua empresa. Por volta de 2005, a produção crescia, os preços no mercado internacional também, e tudo que se produzia era vendido no mercado interno ou no internacional. Foi o curto período de quatro anos em que fomos superavitários, ou seja, exportamos mais que importamos. Então, cada empresa decidiu expandir sua capacidade de produção. Isso gerou a situação atual, em que há cerca de 40% de ociosidade nas fábricas, o que faz o produto ficar mais caro, afetando a competitividade das empresas goianas. Como reverter esse quadro trágico?

No mês que vem, veremos como Goiás está mostrando competência, enfrentando esse problema. Enquanto isso, vou elaborar uma proposta de trabalho. Participo de uma seleção nacional para a escolha do chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, que se fundamenta na análise de méritos do candidato. Você pode me ajudar a construir esta proposta, sendo produtor, técnico ou pesquisador, sendo pequeno ou grande, estando em qualquer parte do Brasil. Sua participação será rápida e decisiva e vai revelar sua percepção do setor. Por favor, na internet use o seguinte endereço <http://bit.ly/1dY93K8>. É rápido, fácil, simples e objetivo. Sou grato por sua colaboração! ■

Paulo do Carmo Martins é doutor em Economia Aplicada pela Esalq-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, pesquisador da Embrapa Gado de Leite e professor da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG.